

**APONTAMENTOS TEÓRICOS SOBRE A RELAÇÃO ENTRE
O SER HUMANO E A NATUREZA**

**THEORETICAL NOTES ON THE RELATIONSHIP BETWEEN
HUMAN BEING AND NATURE**

Fabício Cesar FABRI¹
Alessandro VICELI²

Resumo: O presente trabalho aborda algumas concepções incorporadas no pensamento teórico e na prática humana sobre sua relação com a natureza. Parte-se da ideia de um olhar lançado ao meio advindo de um sujeito humano formado e entendido como superior. Assumimos isso como problemas, pois, dominados por certas tendências competitivas e amparados no desejo da posse e lucro, adicionado com nossa alta capacidade de modificar o meio na atualidade, tem-se como efeito disso, uma sociedade entregue aos desafios de suas próprias ações. Estando consciente de sua dependência da harmonia do meio ambiente, recai sobre si o delineamento do que está por vir. Por meio dessa fundamentação verticalizada, essa relação fica obcecada pelo desenvolvimento e progresso, seja individual ou coletivo. Usando o entorno natural como laboratório, faz deste, objeto modelável pelas necessidades de consumo e produção. Sustentado nessa posição, cria-se uma relação de estranhamento com a natureza, ocasionando afastamento e objetivando a mesma. Portanto, nosso objetivo é demonstrar algumas dessas interpretações que desencadearam no atual modelo de relação com o meio natural. Como método investigativo, usamos uma leitura atenta e crítica de bibliografias do campo da geografia e filosofia.

Palavras-chave: relação ser humano e natureza; antropocentrismo; afetos.

Abstract: The present work approaches some conceptions incorporated in the theoretical thought and in the human practice about its relation with the nature. It starts from the idea of a look cast in the middle coming from a human subject constructed and understood as superior. We assume this as problems, because, dominated by certain competitive tendencies and supported by the desire for ownership and profit, added with our high capacity to modify the environment today, we have the effect of this, a society surrendered to the challenges of its own actions. Being aware of its dependence on the harmony of the environment, it is up to you to outline what is to come. Through this vertical foundation, this relationship is obsessed with development and progress, whether individual or collective. Using the natural environment as a laboratory, it makes this, object modelable by the needs of consumption and production. Sustained in this position, a relationship of strangeness with nature is created, causing withdrawal and objectifying it. Therefore, our goal is to demonstrate some of these interpretations that have triggered in the current model of relationship with the natural environment. As an investigative method, we use an attentive and critical reading of bibliographies in the field of geography and philosophy.

Keywords: relationship between human and nature; anthropocentrism; affections.

¹ Graduado em Filosofia pela Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP).

² Mestre e Doutorando em Geografia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus Francisco Beltrão. Docente do curso de Geografia da Universidade Estadual do Norte do Paraná.

Introdução

A dinâmica das relações humanas, sejam elas com seus semelhantes ou com qualquer outro agente que compartilha da realidade aqui apreendida, torna-se objeto de investigação. Como passível de ser explorada, cabe delimitar sua aplicação. Nosso foco é a relação entre ser humano³ e natureza. Como natureza, compreendemos o conjunto de elementos naturais que a compõe, isto é, florestas, mares, montanhas, rios, terras e todo o habitat mais primitivo e simples que a forma.

Para tanto, nos interessa perceber o uso que se faz dessa relação para além da acepção que só diz respeito a uma união, conexão ou ligação. Mais do que isso, observá-la e preferivelmente delinear os afetos e atitudes geradas nesse complexo jogo dos encontros. Na hipótese de um diagnóstico, tem-se como efeito um decalque, no qual reflete o pouco das condições humanas e de suas consequentes atitudes para com o mundo natural.

Mais interessante do que pensar o “porquê” a relação ser humano e natureza acontece, e aqui fazemos uso de Rezende e Oliveira, que se apropriam da ideia de Loureiro (2007), segundo este, “[...] qualquer indivíduo, independente das suas motivações e necessidades, reconhece o meio ambiente como dimensão indissociável da vida humana e base para a manutenção e perpetuação na vida terrestre” (2010, p. 2). Essa função interrogativa alude à noção inevitável de constatar que estamos inseridos em um mesmo plano, independente das atribuições e funções exercidas por cada uma das espécies aqui distribuídas, vivenciamos e compartilhamos as mesmas intempéries e ações do tempo. Resguardando como cada um sente e é afetado por isso, estamos juntos e imersos dentro desse campo de forças que nos perpassam, e ambos são atores desse grande jogo da concretude. Nesse sentido, o “porquê” não tem força reflexiva de introduzir algo de novo nessa relação, já que remete à condição indissociável entre indivíduos e meio ambiente.

O melhor seria questionarmos o “como” essa relação acontece, isto é, como ela se concretiza e funciona na sua efetividade mais perceptível, emaranhada na sua forma mais sutil. Essa substituição proporciona conferirmos olhar mais atento aos contornos que são gerados nesse atrito. A pergunta pelo “como” restitui os sentimentos encoberto pelos objetivos desenvolvimentistas e corporativos, ou pelo automatismo que a luta pela vida moderna nos empurrou.

³ Escolhemos usar o termo ser humano e não homem para denominar os indivíduos da espécie humana. Isso se faz útil por considerar relevante as discussões contemporâneas sobre gênero e representatividade feminina. Portanto, recorrer ao termo mais neutro é o mínimo para remediar as falhas existentes sobre essa questão.

A discussão gira em torno do problema que remete ao olhar humano de um viés superior para o entorno natural. Uma pergunta pertinente seria: De que forma nos relacionamos com o meio natural? Ou de maneira mais específica: nossas condutas, atitudes e ações são minimamente condizentes e sustentáveis quando já consciente da interdependência existente entre concretude da vida e equilíbrio ambiental? Nesse sentido, é relevante pensar as relações como efeito das forças produzidas pelas necessidades humanas. Considerando que muitas dessas necessidades são supérfluas e impostas por grupos dominantes para sua permanência no controle das redes de poder, tornando-os despreocupados para resolução dos problemas na área do interesse comum.

Com isso, o objetivo do presente trabalho é o de percorrer interpretações e produções teóricas que abordem a relação entre o ser humano e a natureza, para assim esboçar um panorama de como o assunto foi tratado por algumas linhas de pensamento. Assumimos como limite encadeamentos epistêmicos dentro da geografia e filosofia. Por meio dessas considerações, nossos objetivos específicos se encontram na capacidade de associar e refletir de maneira conjunta as percepções que norteiam essas relações. Não é de forma isolada que o ser humano atua, e parte dessa investida deseja conhecer e levantar algumas questões que nos fazem identificar de onde partem os mandos que muitas vezes reprogramamos sem notar.

O fio condutor e pano de fundo será nossos afetos entregue ao meio, ou seja, ao sentimento aplicado nesses complexos relacionais. Partimos da suspeita, e mais do que isso, das sobressaltadas veias de apropriação humana desproporcionais e opressivas deferidas aos outros seres vivos, biomas, redes hidrográficas e lugares primitivos. Todos estes servem de laboratório, sendo que conquistas são comemoradas e alterações são necessariamente legitimadas na racionalidade suprema e iluminada que progride diante dos custos naturais.

Para tal objetivo foi utilizado a pesquisa bibliográfica como instrumento metodológico. Sendo assim, foram utilizados livros, artigos e textos da área da geografia e filosofia. A leitura atenta e crítica desses materiais proporcionam uma maior envergadura para tratar o tema.

O trajeto inicia com a ruptura que vai do nômade ao privado. Depois verificamos como o antropocentrismo atua nessa relação. Passamos também por uma proposta que visa perceber a natureza na sua formação imanente, essa se torna um modelo de contraposição ao modelo vigente. Verificamos como o avanço capitalista captura e faz uso dessa relação. E por fim, apresentamos o conceito de topofilia, sistematizado para compreender de que maneira sentimos o que está em nossa volta.

Delimitações conceituais

Pretendemos aqui delimitar o uso conceitual de algumas expressões que irão conduzir o objeto e objetivos desse trabalho. A melhor definição dos termos, visto sua possível generalidade no trato convencional, confere uma experiência mais próxima do problema que conduz essa breve investigação. A maneira que nos apropriamos dos conceitos refletem nossas intenções e o recorte necessário para compreender essa relação.

É pretensão vã para o que nos propomos encontrar a essência humana, sua diferença específica, atributo inenarrável ou o acordo comum que forneça respaldo técnico, cultural e científico para categorizar os bípedes, hominídeos com encéfalo desenvolvido e polegar opositor⁴ como pertencentes da espécie humana, e que somente posterior a isso conseguiríamos iniciar nossas discussões. Os seres humanos habitantes das florestas amazônicas vão ter um ordenador de realidade diferente do cidadão urbano, oposto ainda do homem ou mulher residente em uma metrópole, que será inclusive diverso do morador da periferia que sofre com a falta de estrutura e atuação menos controlada dos fenômenos naturais. Um rio canalizado que transborda quando chove criara um elo afetivo com o morador dessa região provavelmente negativo, já que as águas destroem seus bens e, esse elemento natural não será bem-vindo. Os seres humanos até podem ser definidos por suas características físicas, culturais, sociais, filosóficas ou religiosas, mas sua subjetividade sofrerá inegavelmente as imposições da localidade ou sociedade que esse participa, conquanto, não nascemos humanos, mas nos tornamos.

O célebre dicionário de filosofia de Abbagnano, usa o termo Homem como aglutinador geral da espécie humana. Assim ele define: “

As definições de Homem podem ser agrupadas sob os seguintes títulos: 1 - definições que se valem do confronto entre o Homem e Deus; 2 - definições que expressam uma característica ou uma capacidade própria do Homem; 3 - definições que expressam a capacidade de autoprojetar-se como própria do Homem (2007, p. 512).

De modo geral, essas são as categorias gerais que as definições de ser humano serão qualificadas. No que se refere a segunda classe apresentada, por considerarmos mais pertinentes ao assunto abordado, destacamos duas teses: a) somos animais racionais; b) possuímos natureza política e sociável (Cf. Abbagnano, 2007, p. 513-514). Isso converge para considerarmos que

³ Definição narrativa usada por Jorge Furtado no clássico nacional, o curta metragem “Ilha das Flores”.

o ser humano, objeto de nossa análise é: pessoas gregárias que compartilham de um mesmo modelo econômico (capitalista), com construções morais e culturais religiosas advinda do monoteísmo, que partilham da mesma auto referência de si mesmo, com capacidades cognitivas e racionais desenvolvidas e que estão inseridas em um espaço geográfico modificado ou instrumentalizado, seja centros urbanos ou convivem diretamente com tecnologias informacionais.

O que Ribeiro e Cavassan (2013) nos alertam é para a homogeneização de alguns significados envolvidos na temática sobre a natureza, meio ambiente e ambiente, conferindo uma abrangência prejudicial dentro da urgência das discussões sobre crise climática, educação ambiental, ecologia, preservação e regeneração da natureza. O que pode ser feito na pesquisa bibliográfica é percorrer uma relação entre ser humano e natureza a partir das concepções diversas e múltiplas do povo selecionado, e também da limitação oferecida aos conceitos usados.

Há vários desenvolvimentos sobre o que seja natureza, apresentaremos aquela que forma a melhor imagem sobre qual natureza estamos interessados nessa relação. De antemão não estamos investigando uma natureza que simboliza uma essência, causa a-priori de definição ontológica, particularidades psicológicas e comportamentais, éticas e morais, naturezas causais e originárias, enfim, o que nos motiva é a natureza no seu cunho físico e empírico.

Diante de um quadro de muitas possibilidades Ribeiro e Cavassan indicam que Lenoble (2002) e Gonçalves (2005) concordam em alguns pontos: 1º - a natureza quando pensada por um ser racional e lógico é sempre fruto de uma abstração, conforme o local, época e costume isso obedeceria a critérios mutáveis. 2º - a natureza é produto histórico social, não usufrui de um axioma que sobreviveria as gerações e não resguardaria um material puro e imantado. 3º Por consequência dos dois primeiros pontos, não preservam critérios místico, na qual a natureza seria amparada por uma sabedoria, coordenada por uma alma e possuidora de uma razão (Cf. 2013, p. 64). O pensamento racional tem um fetiche por mecanicidade, paralelos, retas, estruturas, princípios, fundamentos, verificabilidade, sistemas linguísticos, transparência, verdade, vaidade. Um sopro de liberdade é encontrado quando Viveiro de Castro no prefácio do “A queda do céu”, assim traduz o sentimento de uma úmida elucidação do que seria a natureza para povos autóctones da floresta:

Somos representantes quaisquer desse povo bárbaro e exótico proveniente de além-mar, que espanta por sua absurda incapacidade de compreender as florestas, de perceber que “a máquina do mundo” é um ser vivo composto de

incontáveis seres vivos, um superorganismo constantemente renovado pela atividade vigilante de seus guardiões invisíveis, os *xapiri*, imagens ‘espirituais’ do mundo que são a razão suficiente e a causa eficiente daquilo que chamamos Natureza – em yanomami, *hutukara* -, na qual os humanos estão imersos por natureza (o pleonasma se autojustifica). A ‘alma’ e seus avatares leigo modernos, a ‘cultura’, a ‘ciência’ e a tecnologia’, não nos isentam nem nos ausentam desse comprometimento não desacoplável com o mundo [...] e porque uma verdadeira cultura e uma tecnologia eficaz consistem no estabelecimento de uma relação atenta e cuidadosa com “a natureza mítica das coisas” – qualidade de que, justamente, os Brancos carecemos por completo (2015, p. 13-14).

Destacamos a forte e precisa passagem de que os “avanços tecnológicos” não se auto justificam, ou seja, qual o preço e rastro catastrófico deixado por essa sedenta e moderna concepção de que o desenvolvimento vem a qualquer custo. De qual desenvolvimento estamos falando? Qual o progresso insinuado? Quem entra na festa e quem sofre as consequências? Portanto, não conseguimos desacoplar desse mundo, por mais que sonhos movidos por cifras bilionárias assim queiram.

Sem a preocupação de encontrar uma definição exata de natureza, mas compor uma que nos seja plausível, averiguamos que a disputa entre idealismo e realismo aparece para dialogar com o conceito em questão. Por essa perspectiva, a natureza pode ser distinguida entre uma realidade existente independentemente da nossa interpretação dela, ou seja, realista, independente da cognição e apreensão mental, sobretudo da consciência que a percebe. Uma natureza que é causa de si. Por outro viés, do idealismo, a matéria seria real somente quando é percebida, isto é, a natureza e sua concretude estariam sobre condição mútua de uma consciência que a notasse. Fora da mente não existe uma matéria extensa, ou seja, tudo depende da efetuação em caráter formal em nosso sistema representativo. Em suma, a relação ser humano e natureza acontece na intrínseca representação que uma sociedade formada por signos e referenciais são considerados indispensáveis para ordenar a experiência em um campo específico. Com ajuda de Ribeiro e Cavassam assim sintetizamos nosso pensamento:

[...] ao conjunto de tudo que existe, damos o nome de natureza. Esta é uma entidade real que também pode ser pensada/representada. Quando assim o é, passamos a denominá-la de ambiente. [...] Consequentemente, se o homem não existisse, a natureza continuaria a existir, mas o ambiente não, pois não mais existiria natureza representada (2013, p. 66).

Não existe uma origem e finalidade atribuída à natureza. Na medida que sua representação é feita por diversos grupos sociais distintos, como subproduto surgirá seu significado. Apesar disso, é pertinente considerar que uma natureza não é construída pelo

pensamento racional, mas o conceito, importância e contato deferido a ela sim. Nesse sentido, o que podemos fazer é pensar sobre o que passamos a projetar da mesma. A sociedade contemporânea criou centros de convivências permeado por concreto e asfalto, matéria oposta ao encontrado na natureza, convém considerar que o pensamento atribuído ao conjunto de elementos orgânicos que compõem o todo existente é avesso ao habituado na vida urbana. Sua relevância é enquanto matéria prima a ser modificada para virar produtos úteis ao regime atual, a ação humana diante dela é exploratória. O distanciamento é tanto que muitos negligenciam o impacto e influência das atitudes dos homens e mulheres participantes desse misto. É sobre essa natureza que pretendemos investigar elos, uma natureza como entidade, forma causal, manifesto vivo, mas que por ser apreendida pelo pensamento foi arremessada ao que Dulley retoma de Lenoble (1969) “a natureza é uma máquina e que a ciência é a técnica de exploração dessa máquina” (2004, p. 17).

A ponte que conecta a simbologia conceitual usada no termo natureza, para transpor ao que viria a ser ambiente, passa pelos caracteres de meio natural, que na interpretação de Vilas Boas, com influência de Milton Santos, ao dividir o meio geográfico em três etapas, diz:

Inicialmente, era o meio natural, no qual não havia expressivas transformações humanas. Existiam técnicas simples, como a agricultura e a domesticação de animais, mas estas eram entrelaçadas simbioticamente à natureza. Nele, os sistemas técnicos eram locais e desprovidos de objetos técnicos (2003, p. 153).

Alterações em sintonia com o ciclo natural, respeito ao seu tempo, solo, clima e época. Técnicas integrativas e não agressivas, a conexão existente é de interdependência e não de apropriação de uma massa a ser modelada e expropriada. A natureza como mundo natural da qual todas as espécies de uma forma ou outra retiram sua sobrevivência, nascimento e morte, transforma-se em ambiente no momento preciso que os conhecimentos conquistados por um grupo e codificados em linguagem, se introduzem ao convite cultural e fixam permanência, transferindo esse acumulado ao novo integrante porvir desse ambiente já pensado, significado e modificado.

Uma definição que adotamos para se referir ao ambiente e meio ambiente, a título de definição aos nossos objetivos é feita por Art (1998) e citada por Dulley:

Por ambiente entende-se o “... Conjunto de condições que envolvem e sustentam os seres vivos na biosfera, como um todo ou em parte desta, abrangendo elementos do clima, solo, água e de organismos”, e por meio ambiente a “soma total das condições externas circundantes no interior das

quais um organismo, uma condição, uma comunidade ou um objeto existe. O meio ambiente não é um termo exclusivo; os organismos podem ser parte do ambiente de outro organismo (2004, p. 18).

As espécies têm especificidades próprias e quando imersas em um ambiente se aproximaram ou se adaptaram em condições precisas para seu prolongamento na luta pela vida. Ao fazerem isso, criam para si um meio ambiente apropriado para seu desenvolvimento. Um certo ambiente pode ser hostil para um grupo, mas totalmente aceito por outro. Potencialmente todos os ambientes são indispensáveis, e por isso eleva-se a urgência da preservação de cada meio ambiente específico.

Do nômade ao privado

A reunião geral dos seres vivos é amparada por uma série de fatores interconectados, que contribuem e potencializam suas realizações, ou seja, a existência terrestre na sua materialidade, desenvolvimento e manutenção, dependem das condições regulares, frequentes e propícias que a posição do planeta terra oferece.

O recorte que nos introduz na discussão não é espaço temporal linear, isto é, não acontece pela soma do tempo, mas antes por evidências de rupturas quanto aos costumes e hábitos. Essas novas condutas se dão próximo ao momento descrito por Marimoto e Salvi:

Somente há poucos séculos com o surgimento da prática de cultivo de grãos, domesticação e criação de animais, permitiu-se a fixação do homem, até então nômade, em um determinado espaço territorial, passando a constituir assentamentos e retirar do ambiente circundante os recursos necessários para sua sobrevivência (2013, p. 2).

A partir daqui nos interessa saber os desdobramentos nascentes do ser humano com a natureza. Agora, organizados em povoados e estabelecidos em determinados territórios, promoveram novos anseios e desenvolveram outros laços afetivos. Segundo cronologia apresentada por Harari (2015), essa nova tendência surgiu há 12 mil anos. Seria insustentável caminhar por todo esse tempo cronológico, portanto, nossa intenção não se debruça pela linearidade do conhecimento construído dentro dessa base histórica, mas sim, por incrementos de novas realidades geográficas ali emergidas, já que, abandonando seus movimentos nômades de vida, instalaram-se em uma área específica e delimitada, projetando novas relações com o meio.

É interessante notar a proximidade e ligação dessa empreita sedentária com o que Rousseau, afirma ser o grande motivo das desigualdades entre os seres humanos. Para além do engajamento das técnicas de dominar o plantio e do trato com os animais, sobressai uma relação privada com a terra.

O primeiro que, tendo cercado um terreno, se lembrou de dizer: *Isto é meu*, e encontrou pessoas simples o suficiente para o acreditar nele, foi o verdadeiro fundador da sociedade civil. Quantos crimes, guerras, assassínios, misérias e horrores não teria poupado ao gênero humano aquele que, arrancando as estacas ou enchendo o fosso, houvesse gritado aos seus semelhantes: “Evitai ouvir esse impostor. Estareis perdidos se esquecerdes que os frutos são de todos, e a terra de ninguém!” (1999, p. 203 *grifo do autor*).

A culminância desses dois aspectos revela uma relação de posse. Cercar um terreno e desenvolver os saberes do cultivo determinam um novo olhar para a exterioridade. Proteger esse espaço contra invasores, fazer dele o mais fértil possível e admirar seus avanços, traz à tona as mais variadas respostas sensoriais. Consequência dessa forma de se comportar, Rousseau apresenta algumas novas faculdades, sendo uma delas: “O hábito de viver junto fez nascer os mais doces sentimentos porventura conhecidos dos homens, o amor conjugal e o amor paterno (1999, p.208). Isso demonstra como as aproximações e trocas materiais entre pessoas e lugares desenvolveram ao longo dos acontecimentos novos valores e fundaram tradições culturais.

O que foi preciso suprimir foi um ser nômade, e com todo esse trabalho de superação, soterraram potências, nas quais Pelbart, influenciado por Deleuze e Guatarri, escreve:

Ele (nômade) ocupa um território mas ao mesmo tempo o desmancha, dificilmente ele entra em confronto direto com aquilo que recusa, não aceita a dialética da oposição, que sabe submetida de antemão ao campo do adversário, por isso ele desliza, escorrega, recusa o jogo ou subverte-lhe o sentido, corrói o próprio campo e assim resiste às injunções dominantes. O nômade, como o esquizo, é o desterritorializado por excelência, aquele que foge e faz tudo fugir. Ele faz da própria desterritorialização um território subjetivo (2002, p. 34).

O nômade não está preocupado com o acúmulo e excesso, tendências exercidas no invento do bem privado. Minimiza conflitos que podem ser evitados, economizando energia. Sua transitoriedade não permite enraizar ressentimentos. Ao se preocupar somente com o hoje não visita um futuro cheio de angustia e incertezas. Faz do transitar uma arte de resistência e fuga, subvertendo aos campos dominantes vira as costas as imposições terceiras. Ele caminha

no dentro e fora, ele faz da desterritorialização, isto é, da sua potência de se desfazer levando consigo os ganhos e perdas, partilhando um pouco do território e deixando um pouco de si, desenhando um trajeto sem mapas programados, um movimento de vida estendido a sua subjetividade e regida pela própria impermanência.

Sentimento compatível com sua ligação ao território. A natureza nesse sentido é sua casa e sua mais fiel aliada, ora o presenteia, ora o faz fugir, sendo que, por mais hostil que possa ser, a comodidade da vida pragmática nunca compreendera uma relação firmada no contrato das compensações.

É relevante considerar a existência de uma fluidez quanto ao conceito de natureza, Mantovani, utilizando de Gonçalves (1990), sublinha que:

Toda sociedade, toda cultura cria, inventa, institui uma determinada ideia do que seja a natureza. Nesse sentido, o conceito de natureza não é natural, sendo na verdade criado e instituído pelos homens. Constitui um dos pilares através do qual os homens erguem as suas relações sociais, sua produção material e espiritual, enfim, a sua cultura (2009, p. 1).

Com essa compreensão, da subordinação da natureza aos desígnios da capacidade humana de atribuir valor e medida aos objetos e seres externos a nós, ampara-se o modo como agimos e nos relacionamos com ela. Dentro desses significados rotulados, instituições condicionam o pensamento coletivo, sendo que religiões, ciências, saberes comuns repassados pelas linhas da comunicação, e grupos específicos, agem diferentemente no trato e cuidado com os componentes naturais.

Não poderia ser diferente, argumenta Antunes, “[...] a Natureza é uma construção social e que sempre foi utilizada como um paradigma apto a servir de modelo para a organização da sociedade” (2000, p. 16). Pode-se entender a natureza, tal como passamos à perceber-la, como uma invenção humana destinada em oferecer subsistência e soluções para os problemas humanos. A medida que colocamos nela, com a audácia opressiva e desenvolvimentista, comprova como nos sentimos superiores e proeminentes na comparação feita entre ser humano e ambiente natural (ibidem).

Não caberia aqui pensar uma natureza intacta, essencial, apreendida pelo seus atributos em si mesmo, ou seja, um ambiente no qual nos lançaríamos para o desvelar de uma verdade contida no seu íntimo, e mediante isso, passar a se conectar de uma forma universal e estática, única e uniforme. Se assim fosse, ou se a concebêssemos somente como um aglomerado exterior percebida por nossos sentidos, agiríamos de maneira homogênea e condizente com o que foi encontrado no seu interior, ignorando nossas necessidades sociais e humanas,

vislumbrando uma universalidade dos indivíduos e seus modos de se comportar e agir. Situação que não é compatível com o que observamos na atitude do mundo contemporâneo, divergente nas suas preocupações e relações com a terra.

Abandonando o plano nômade, instaurando e ficando cerca em um território comum que passa a ser privado. Desabrochando sensações com o novo modelo organizacional de vida comunitária em assentamentos. Ampliando um senso cognoscível matemático e geométrico racional, elevando os pensamentos à argumentações lógicas e verificáveis. Efetuando uma ciência na métrica da observação e manipulação, funda-se e constituem efeitos iniciados dentro dessa rede de acontecimentos. Deriva disso uma visão antropocêntrica de mundo, que dá suporte ao novo ser humano superior e racional, conhecedor de si.

Antropocentrismo e suas consequências

Segundo Gerent, “O homem é considerado senhor absoluto de si mesmo e da natureza; sua capacidade intelectual sobrepõe-se a todo e qualquer outro ser vivo, racional ou não, e seres não vivos” (2011, p. 26). Não há mais horizontalidade nas relações, o olhar abandona campos de admiração ou contemplação, não se reconhece e agradece aos recursos naturais, seu valor de simplicidade tornou-se ausente para compor as linhas do progresso.

O interesse pelo conhecimento da natureza foi desviado por influência de um dos grandes nomes da filosofia ocidental. Conforme coloca Sell, Sócrates, “desloca o foco das reflexões filosófica da realidade natural para a realidade humana, funda a ética e propõe um novo objetivo para a prática da filosofia” (2008, p.4). Os novos rumos direcionam esforços para a compreensão das faculdades humanas, sua psique e questões metafísicas da alma. Essa mudança acentua uma tendência antropocêntrica, o ser humano está no centro do discurso, o objeto do conhecimento passa ser ele mesmo e suas profundas inquietações refletem sobre suas produções e interpretações. Os efeitos diversos dessa virada de foco podem ser sentidos no uso das técnicas de incursão ao meio. Milton Santos incluirá em suas pesquisas a importância desse dispositivo modificador da relação ser humano e natureza, ele escreve:

Com a presença do homem sobre a terra, a natureza está, sempre, sendo redescoberta, desde o fim de sua história natural e a criação da natureza social, ao desencantamento do mundo, com a passagem de uma ordem vital a uma ordem racional. Mas agora, quando o natural cede lugar ao artefato e a

racionalidade triunfante se revela através da natureza instrumentalizada, está, portanto domesticada, nos é apresentada como sobrenatural (1994, p. 4)

A natureza em certa medida está sempre em transformação. Mas com a presença de uma sociedade que expandiu suas técnicas de atuação, a mecanização da força humana alavancou e acelerou um grande processo de alteração do espaço. Exemplos como: transposições de cursos de água e represamentos de grandes rios para hidroelétricas, são triunfos da engenharia moderna. Ainda na concepção de Santos: “A técnica é a grande banalidade e o grande enigma, e é como enigma que ela comanda nossa vida, nos impõe relações, modela nosso entorno, administra nossas relações com o entorno” (1994, p. 7). Na fissura entre a sociedade organizada e a natureza, existe um processo contínuo mediado pela técnica, cada época soube lidar com suas próprias necessidades e usar aquilo que estava ao seu alcance.

O geógrafo ainda entende as técnicas como um elemento que reverte o tempo em uma dimensão material, convergindo no que denominamos de espaço, portanto, segundo ele: “A *técnica* entra aqui como um traço-de-união, historicamente e epistemologicamente” (1994, p. 19 *grifo do autor*). Sobre isso, não há uma conexão sem uma linha histórica e epistêmica. Qualquer técnica resguarda essas dimensões, seja durante seu uso ou na sua superação. Ainda nas palavras de Milton Santos:

Os sistemas técnicos criados recentemente se tornaram mundiais, mesmo que sua distribuição geográfica seja, como antes, irregular e o seu uso social seja, como antes, hierárquico. [...] É assim que no mundo de hoje alcançamos uma mudança extrema em nossa relação com a natureza. [...] Então chegamos a essa ideia de mundo-mundo, de uma verdadeira globalização da Terra, exatamente a partir dessa comunidade mundial, impossível sem a mencionada unicidade das técnicas, que levou à unificação do espaço em termos globais e à unificação do tempo em termos globais (1994, p. 19-20).

A constatação do processo de globalização passa pela unificação das técnicas. Sem essa unicidade, os meios que tecem, organizam e orientam as linhas gerais do sistema mundo, sejam eles econômicos, políticos ou comerciais, estariam fragmentados na disputa pelo domínio do espaço. Como afirma o autor, a técnica é o que abraça os espaços geográficos, formando uma grande comunidade. A mesma é também o que providência os arranjos para a mudança atual no trato com a natureza. Nesse sentido, o espaço geográfico é uma instancia criada pelos enlaces entre humanidade e meio ambiente, sendo que a técnica é o que une e exerce mediação nessa construção.

Após essa reviravolta feita por Sócrates, incrementando aos meios de investigação racional a preocupação com questões essenciais ao espírito humano, inicia-se um movimento que influenciará diretamente as produções morais, intelectuais e também culturais que estão por vir. Nietzsche acusa o filósofo grego de ser um pseudo-grego (2001, p. 14). Mais do que isso, recai na pessoa de Sócrates o sistematizador da moral ascética, antinatural e opositora da vida. Isso pode ser interpretado como um sinal de supervalorização do espírito em relação a natureza, pois, se opondo e negando a importância material e corporal, ambiciona fisgar a glória do projeto transcendente de vida. A realidade material é o lugar das dores e aflições, e a natureza mundo transborda sofrimento. Nietzsche escreve:

O caso de Sócrates representa um erro; *toda a moral de aperfeiçoamento, inclusive a moral cristã* foi um erro. Buscar a luz mais viva, a razão a todo preço, a Vida clara, fria, prudente, consciente, despojada de instintos e em conflito com eles, foi somente uma enfermidade, uma nova enfermidade, e de maneira alguma um retorno à virtude, à saúde, à felicidade. Ver-se obrigado a combater os instintos é a fórmula da decadência, enquanto que na vida ascendente, felicidade e instinto são idênticos (2001, p. 19 *grifo do autor*).

Quando olhamos o entorno e vemos lastimas, angustia e flagelos, queremos se afastar disso. O caminho está na elevação da moral como ferramenta de apropriação das virtudes que reservarão o lugar preciso e merecido na vastidão do tempo eterno. Elegemos dessa forma a natureza exterior como utensílio depreciativo e inferior aos nossos arranjos sublimes. A luta pela vida imutável passa pelo abandono dessa. O que importa é a virtude da negação do corpo, e conseqüentemente da natureza viva e suas forças instintivas. O ser em ascensão escolhe não se relacionar de forma íntima com essa natureza vulgar, preferindo usar sua razão a todo custo para conquistar virtudes que lhe renderão evolução espiritual. A natureza enquanto participante desse mundo dos instintos é apenas um trampolim, palco transitório da alma em adiantamento, morada passageira e por isso tiranizada.

O evento e fortalecimento do cristianismo, junto com seus escritos e argumentos que respondem aos princípios da vida, somam ao fato e oferecem suporte à superioridade humana em detrimento de sua relação com os outros seres e objetos existentes. Ressaltando sua influência no pensamento ocidental, escritas como:

No princípio Deus criou o céu e a terra. (...) e criou Deus o homem a Sua imagem; criou-o à imagem de Deus, e criou-os varão e fêmea. E Deus os abençoou, e disse: cresci e multiplai-vos, e enchei a Terra e sujeitai-a; e dominai sobre os peixes do mar e sobre os pássaros do céu, e sobre todos os animais que se movem sobre a Terra. (1969, p. 1 - Gênesis Cap. I).

Tal concepção disseminada no projeto cristão de revelação da verdade, legitima uma diferenciação divina entre a espécie humana racional e os outros animais, plantas e rios, sendo que estes estariam disponíveis para servir ao nosso uso e apropriação. Ao sujeitar a terra e dominar os animais, nos colocamos no topo, verticalizando nossa relação criamos uma cisão sustentada no apelo feito na imagem e semelhança da figura divina e todos os seus adjetivos. Partilhamos com ele algo em comum e, relegamos a terra e sua multiplicidade um papel secundário. Para o segundo, servidão, enquanto o primeiro assume protagonismo.

Instaura-se um dualismo, e é assim entendido pois, se de um lado temos a manifestação superior humana, criada para ser a imagem e semelhança de seu criador. Presente neste plano para aprimorar seus atributos no campo da oportunidade terrena, e almejando um mundo eterno além desse, sendo assegurado pelo caminho das virtudes religiosas. Sob essa perspectiva, Ramos cita Lenoble: “O ser humano é considerado transcendente em relação ao mundo físico, não pertence à natureza, mas à graça, que é sobrenatural (2010, p. 75).

E do outro lado é identificado uma natureza distinta, matéria a ser moldada e modificada, provedora dos elementos materiais, vista como objeto inferior e pronta para ser subjugada na tarefa do avanço ético, tecnológico, intelectual e moral, sob essas bases, deixa de possuir relação imanente com o todo. Ramos compreende da seguinte maneira: “A natureza não possui mais uma essência ou substância; logo, não é mais um ser. Não existe por si mesma, mas é o resultado da vontade de seu criador único e infinito, Deus (2010, p. 76). A compreensão antiga de uma realidade física dotada de qualidade substancial é removida, para então surgir o império do ser humano divinizado, tendo como pilar sua superioridade sustentada por um criador.

O mundo criado tem um ente privilegiado, dentre todas as espécies e gêneros plurais e incontáveis, um deles, aquele que se distingue independentemente da faculdade está no centro das atenções e detalhes. Esse ser humano se desenvolve com aquilo que lhe foi deixado. Evolui na mediação dos méritos, almeja conquistas virtuosas para alcançar as promessas da eternidade. Em contraposição, aparece como desafio pensar um modelo de relação ser humano e natureza baseado na imanência.

A perspectiva imanente

É notável o quanto as influências religiosas e o conhecimento de cunho metafísico podem direcionar nossa relação com a natureza, criando desta forma visões e ações que podem

nos afastar dessa manifestação natural ou aproximar. O pensamento de Espinosa pode ser um grande aliado para mudar nossa compreensão dessa relação, e quem sabe, criar um olhar mais integrativo. Ezcurdia, escreve o seguinte:

A natureza não é para Espinosa uma forma degradada que participa de uma Ideia transcendente, mas, de um lado, coração de um sujeito capaz de dar lugar a ideias que possuem a verdade como critério intrínseco; por outro, objeto de um conhecimento científico no sentido moderno do termo, em que a definição genética, implicando justamente a noção de lei natural, vê no movimento não uma forma do não-ser ou um mero acidente contingente, mas genuíno objeto de estudo, na medida em que apresenta de modo diáfano a forma mesma de Deus ou da substância (2010, p. 12).

A primeira diferenciação se faz quanto a ideia de uma natureza criada por uma entidade transcendente, visto que a partir da criação há eventualmente uma separação inevitável. Alterando a ordem, Espinoza propõe uma entidade imanente, em outras palavras, uma substância única em contraposição as duas substancias cartesianas, sejam elas, extensão e pensamento ou corpo e alma⁵. A natureza como coração, e aqui natureza pode ser compreendida como uma totalidade das potencias existentes, não é um acidente ou uma composição qualquer, mas sim, uma forma mesma de Deus, ou também, a substância imanente da formação da realidade que não se opõe a sua criação, mas antes, é uma extensão de si.

Sua ontologia e teoria do conhecimento podem revelar uma relação indissolúvel com a natureza, nesse sentido, Ezcurdia continua, “Deus ou a substância se constitui como causa imanente da natureza, e nessa medida identifica-se com ela” (2010, p. 13). Causa imanente significa que não existe cisão entre Deus e sua produção, não há superioridade em comparação de um com outro, todos se identificam na medida que todos vieram da mesma substância.

Para comprovar isso, o filósofo apresenta o conceito de modo. Tal conceito pode aproximar nossa relação com a natureza da seguinte maneira. Com a existência de apenas uma substância, sendo que essa existe por si mesmo e independe de outra para se concretizar, Rusmando, acrescenta dizendo: “De acordo com as definições 3 e 5 da *Ética I*, as coisas que existem em si mesmas e são concebidas por si mesmas são substâncias, e as coisas que existem em outras coisas e são concebidas por estas, modos (2010, p. 12). Essas modificações da substância recebem por caráter imanentista uma relação direta com sua fonte que subjaz tudo. Rusmando, segue, “Desta maneira, tudo o que existe ou é uma substância ou é um modo de

⁵ A *res cogita e res extensa*, ou seja, pensamento e extensão, são substâncias que Descartes considera depois de seu método da dúvida hiperbólica rumo ao objetivo da verdade absoluta. Pode ser encontrada em seu livro *Meditações*. Principalmente na primeira e segunda meditação.

uma substância” (ibidem). Por ventura, se tudo o que existe é apenas um prolongamento daquilo que existe por sua própria causa, a natureza acaba sendo a própria figura de Deus. Nas palavras de Ponczek:

Afinal, Deus sive natura nos ensina que o melhor caminho para conhecer Deus é buscar a natureza que não apenas nos circunda exteriormente, na forma de resultados ou representações, mas que em nós está entranhada pela mesma necessidade com que a soma dos ângulos de um triângulo é igual a dois retos... (2009, p. 120).

Deus ou natureza, ambos os termos se equivalem. Além dessa afirmação ser revista e apreendida pelo intelecto, devemos transpor as sendas e aplicar ao campo afetivo, com o sentimento de união permeando o campo de como somos afetados pelas sensações, alteramos a lógica antropocêntrica de querer direcionar os rumos dos vários modos existentes, sendo que, todos os modos se ligam pela sua substancialidade comum, e todos possuem o mesmo valor enquanto ser existente.

Essa visão imanente parece ocupar um lugar marginal na compreensão da realidade. A sociedade humana envolta e entregue aos inúmeros fatores históricos e sociais dominantes, dentro das relações de poder e dos formadores de opiniões, subjetividades e de significados, se afastou ao ponto de compreender os recursos naturais como um ente mecânico, ilimitado e independente da nossa efetivação neste planeta.

O mundo mecânico e capitalista

Na escalada da concepção antropocêntrica, na qual o ser humano estaria uma posição acima nas reivindicações terrestres, concentra-se o fato de a ciência passar à conceituar a natureza como um mero artefato mecânico, regido por leis naturais. Com o auxílio de Oliveira,

Francis Bacon (séc. XXVII), concebia a natureza como algo exterior a sociedade humana, pressupondo uma separação entre natureza e sociedade, haja vista a relação entre ambas ser concebida como mecânica, ou seja, o homem exercia seu domínio sobre a natureza através das artes mecânicas (2002, p. 2).

A exterioridade da natureza entrega a ela mesma uma forma maleável e passível de ser alterada da melhor maneira possível, mediante os critérios humanos e as ferramentas mecânicas elaboradas para facilitar o manejo.

Outra característica que pode ser destacada desse viés mecanicista é exposto por Modanese (2009) e Gonçalves (2006b), citados por Biguelini, Bussolaro e Silva:

De acordo com essa nova concepção, a natureza em geral não tem vida própria, nem alma ou espontaneidade. Sendo composta por uma matéria física, que obedece às leis matemáticas eternas dadas por Deus. Ou seja, uma concepção de natureza concebida como um Deus, que se guia por um pensamento racional e mecânico. Dentro desta tradição moderna, René Descartes é o pensador que primeiro sistematiza o paradigma mecanicista de compreensão da Natureza. Já o pensador Francis Bacon despragmatiza a concepção mágica da natureza, não só de sua “teoria da matéria”, isto é, da concepção de que as coisas possuem virtudes ativas, de que a matéria é ativa ou fonte de atividade. Para ele ao contrário, a matéria, tal como nos mecanicistas da primeira metade do século XVII, é desprovida de atividade e inerte (2012, p. 75).

Na passagem acima, por mais que a referência de natureza seja dada por Deus, a mesma difere da criação revelada como mais importante e distinta, dotada de razão e capacidade de evoluir, usando os desafios que estão ao seu redor para fortalecer seu elo espiritual. Quando introduzido à mecanicidade, a natureza perde sua característica mágica e mística, manifesta-se agora sobre leis naturais e por elas se guiam. O que era uma matéria misteriosa, passa ser uma substância inerte e incapaz de virtude.

Na atualidade, o modelo econômico capitalista e todo seu arcabouço mercadológico e meritocrático, impõem grande influência em como tratamos e nos relacionamos com os bens naturais.

Nas derivações e interpretações baseadas na produção de Marx e Engels, encontra-se um forte conteúdo para podermos refletir as relações humanas com o meio natural sobre vertentes capitalistas.

Partimos da compreensão de trabalho como faculdade distintiva humana e também como fruto de sua essência. Nesta linha, Rezende e Oliveira colocam: “O pensamento marxista vê no trabalho o instrumento de humanização do ser humano, diferenciando-o dos outros seres vivos, tal como expressou Engels, “o trabalho, por si mesmo, criou o homem” (2010, p. 3). As consequências disso é uma relação dialética, na qual as objetivações e apropriações propagadas e exercidas pelo ser trabalhador incorporam uma realidade social produzida pelo ímpeto humano transformador da realidade.

Surge então, uma marca tão forte de seu pensamento. “A relação entre os indivíduos e a história social é mediatizada pela apropriação das objetivações produzidas historicamente” (DUARTE apud REZENDE; OLIVEIRA, 2010, p. 4). Seu senso histórico materialista faz das contradições e lutas presentes na história humana sofrerem intervenções e mediações das objetivações criadas no seio das relações de classe.

O trabalho assumi a qualificação de mediar essa relação, desta forma, Oliveira contribui:

Marx adotou o conceito de metabolismo ou interação metabólica, para possibilitar a compreensão de que há uma mediatização da sociedade com a natureza, e que a força motivadora dessa interação é o processo de trabalho, pois tanto o Sujeito – o trabalhador, como o Objeto – a matéria-prima a ser transformada – são fornecidos pela natureza ao trabalho (2002, p.3).

O trabalho enquanto ação humana é motivado pelas intervenções e modelos de produção criado dentro da história social. Não é sem metas e de maneira isolada que o exercício do trabalho resolve modificar um meio, não há uma força produtiva fechada em suas necessidades, capaz de direcionar por si mesmo seus esforços para completar uma falta implícita em sua gênese. Em outras palavras, é através de uma compilação e aglomerado de estímulos externos, histórico e culturalmente desenvolvidos que a força de trabalho se moldara, funcionando e direcionando sua energia para produzir aquilo que o sistema dominante da época histórica determinar.

Qualquer observador comum e atento conclui que os dias atuais perpetuou o modelo de consumo antinatural, esse está firmado na apropriação de ideias e sua respectiva materialização e transformação em bem adquirível e rentável. A vida deixou de se relacionar com a natureza na sua maneira criativa, imprevisível, amigável e respeitosa. Muito em decorrência do que Bauab sintetizou:

Destituído de seus instrumentos de trabalho, tornou-se ele, em sua maioria, proletário, uma peça ínfima diante da grandiosidade de um mundo máquina cuja racionalidade social fez-se transposta para o plano do natural. Aqui, a fábrica passa a ser a mediadora da relação do nascente proletário com uma natureza antes conhecida em um sentido cósmico, diretamente apreendida em seus ciclos naturais pela prática da agricultura (Bihl, 1999) e, esta nova mediação demonstra-se antiecológica, subordinada a uma prática capitalista depredatória que contabiliza as criações da natureza, individualizando sua posse, seu acesso. Aqui, como ressalta Moreira (2001), o homem é limitado a uma coisa físico-econômica e a natureza torna-se um grande repositório, arsenal inesgotável de recursos naturais (2002, p. 7)

Os anseios privados de controle e comparação foram sofisticados, conforme Marimoto e Salvi, (2010), com a racionalização, o propósito e a evolução científica.

Biguelini, Bussolaro e Silva, compartilham que foi “[...] no instante em que a razão tomou consciência de sua maioridade, se deu conta de que era capaz de construir universos, de criar objetos, de "fazer" a realidade [...]” (2012, p. 76).

O capitalismo junto com o avanço industrial e a invenção das máquinas a vapor datadas de 1796, introduziram um novo ritmo ao trabalho. Nessa direção, Oliveira comenta: “O capital separa os homens da natureza, em seu processo de produção/reprodução e impõe que o ritmo do homem não seja mais o ritmo da natureza, mas o ritmo do próprio capital” (2002, p. 6). Já nos anos iniciais da revolução industrial foi constatado uma maior migração do campo para as fábricas. Por consequência dessa inovação, Viera *et al*, apontam uma outra mudança.

A revolução industrial provocou, ainda, uma revolução agrícola, com a produção de instrumentos para o trabalho na terra e com a modificação do sistema de propriedade e de organização de trabalho no campo. O trabalho agrário, cada vez mais especializado e menos de subsistência, obrigou o agricultor a complementar as suas necessidades, comprando outros produtos no mercado urbano (2015, p. 129).

Se antes havia uma dinâmica de produção plural e convencionada ao consumo de auto existência, agora, produtos passam a ter valor de mercado e almejados pelo desejo. A moeda como sistema de pagamento direciona a escolha do que plantar, fabricar e construir. O interessante é aquilo que melhor rende monetariamente. Portanto, as produções agrícolas, desde a monocultura até o plantio em menor escala, não atendem as variedades nutricionais do consumo físico humano, estabelecendo uma nova ordem de complementação através de compras de terceiros.

A indústria deixou de fabricar apenas produtos para vender sonhos e preencher vontades fundadas no supérfluo. A terra deixa de produzir para o consumo pessoal, o valor de mercado condiciona o que deve ser germinado. A relação com a natureza conseqüentemente muda, o produtor rural passa a enxergar capital e não mais matéria de consumo.

Esses componentes tecem o plano pelo qual os seres humanos passam a constituir uma sociedade. Além de se organizarem para produzir sua continuidade na existência material, promovem uma cultura do excesso, das comparações e acúmulos.

O sistema capitalista, além de fabricar bens e serviços, promove a alienação e fragmentação do trabalhador de sua obra final. Sem os meios de produção monopolizados pelos

burgueses, o proletário é obrigado vender sua força de trabalho, se transformando em mercadoria de troca por um salário. Hallak esclarece sobre esse fato:

Ele (Marx) identifica o trabalho alienado como relação exterior do trabalhador com a natureza e consigo mesmo e afirma que a propriedade privada é, primeiramente, fruto do homem alienado e, em seguida, também "do homem tornado estranho". O homem, o trabalho, a vida torna-se estranhos a partir da alienação do produto e da atividade. Nesse sentido, a propriedade privada é o produto da atividade humana apartada do homem (2018, p. 63).

Seja no campo ou na indústria, a alienação provoca a destituição do trabalhador com aquilo que ele produziu. Agravante a isso, é não se reconhecer, se alienar de si mesmo, ou seja, perder-se na subdivisão e setorização da cadeia produtiva. Seu reconhecimento é feito nas partes, não há um trabalhador íntegro e refletido em seu produto, mas uma cisão entre identidade produtiva e indivíduo criador.

Se o próprio trabalhador não se reconhece, é certo que a natureza ao seu redor será apenas uma matéria inerte a ser transformada pela exigência consumista capitalista e, antes dele pensar nas consequências do uso imprudente imposto aos recursos naturais e do seu ciclo regenerativo, ele pensará na sua vida mesma, esta que é momentânea. Isto é, vendendo sua força de trabalho para existir nesse mundo, mesmo consciente que sua função em algum setor fabril consome e degrada os contingentes naturais, sua prioridade íntima será o trabalho assalariado, pois este viabilizada e oferece suporte aos bens que necessita para viver.

As discussões sobre o futuro do planeta em decorrência dessa vasta e insensível relação com nossa natureza diversa, é percebida nos questionamentos sobre crise climática que estão afetando e afetarão a vida de todos os viventes. É tempo de questionar todas as nossas atitudes, mudar hábitos e refletir sobre nossa atual participação dentro desse complexo jogo de relações.

O Brasil reúne uma rica e preciosa biodiversidade, mas o que assistimos são retrocessos nunca visto nas políticas públicas ambientais⁶. Assunto estritamente ligado ao sentimento gerado pela invenção das necessidades de consumo capitalista, fortalecidos pela onda neoliberal nos governos democráticos. Compramos coisas fúteis, desnecessárias, irrelevantes, tudo isso por aparência e carência. Os beneficiados nesse processo descontrolado de conquistas materiais

⁶ No dossiê feito pela ASCEM (Associação Nacional dos Servidores de Meio Ambiente), aparecem a cronologia dos fatos que evidenciam o atual descaso da relação sociedade e natureza da atual gestão federal no Brasil. O dossiê recebe o título de: CRONOLOGIA DE UM DESASTRE ANUNCIADO: Ações do Governo Bolsonaro para desmontar as políticas de Meio Ambiente no Brasil

são uma pequena parcela da população. Já os prejuízos somados ao restante da massa populacional e à natureza são minimizados.

Nossos afetos

O prolongamento dessa discussão chega ao nosso estado afetivo entregue ao meio. O conceito de topofilia, sistematizado por Yi-Fu Tuan, é definido da seguinte maneira: “A palavra “topofilia” é um neologismo, útil quando pode ser definida em sentido amplo, incluindo todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material” (1980, p. 107). É provocativo pensar sobre nossos sentimentos afetivos em relação ao meio material. Quando o autor fala de sensações, não é uma emoção mais forte nascente da nossa relação com um determinado ambiente. O nosso estado afetivo desencadeado das derivações estéticas ou táteis são mediadas por fatores intelectuais ou cognitivos. A imagem mesma só vibra mais forte em alguém se lhe houver uma íntima conexão de sentidos ali existentes. Tuan acredita que, “A apreciação da paisagem é mais pessoal e duradoura quando está mesclada com lembranças de incidentes humanos” (1980, p. 110).

Como visto, a resposta ao meio pode vir por fontes estéticas ou tátil, conforme Tuan. “Mais permanentes e mais difíceis de expressar, são os sentimentos que temos para com um lugar, por ser o lar, o *locus* de reminiscências e o meio de se ganhar a vida (1980, p. 107, *grifo do autor*). Alternamos de lugares durante um longo período de nossas vidas, gerando uma imensa galeria de lembranças. Regimentados pela rotina, saímos de casa ao trabalho, destes para algum lugar outro quase sempre fixos, e na maioria das vezes, trocamos apenas de espaços fechados e assumimos ali o papel que nos é fixado. Isto faz dos nossos sentimentos em relação aos ambientes visitados múltiplos. Difícil de ser estabelecido por uma lembrança vigorosa e única ou outro valor qualquer, ou seja, a dificuldade de expressar afetos aos meios pelos quais estamos sempre circulando se funda nas mais diferentes percepções ali internalizadas, sentidas e captadas.

Os centros urbanos, por mais que valorizem alguns atributos do meio natural, ainda são predominantemente impermeabilizados e cinzas. O contato dos moradores urbanos com a natureza é limitado a algumas árvores frutíferas e ornamentais, quando muito, reconhecem algumas flores. Esse distanciamento é perceptível no desconhecimento profundo entre a

imagem de qualquer alimento enquanto produto de um supermercado e seu pé de origem. Pensando nisso, Tuan escreve:

O que falta às pessoas nas sociedades avançadas (e os grupos hippies parecem procurar) é o envolvimento suave, inconsciente com o mundo físico, que prevaleceu no passado, quando o ritmo da vida era mais lento e do qual as crianças ainda desfrutavam (1980, p. 110).

Os objetivos modernos foram entregues aos bens de acúmulo da sociedade de consumo. O cantar de um pássaro ou o descanso na brisa fresca de uma árvore são incompatíveis com o ritmo atual. O sentimento de ligação e pertencimento com um mundo físico repleto de significados sutis estão suprimidos pela conquista e desejo da meta material em uma corrida desenfreada.

O movimento de contracultura projetava em suas ações coisas mais profundas do que uma rebeldia no jeito diferente de vestir e escutar músicas. Para Pereira, isso “[...] significava também novas maneiras de pensar, modos diferentes de encarar e de se relacionar com o mundo e com as pessoas (1986, p. 5). A topofilia de contracultura caminha à margem da sociedade convencional. Seus afetos são hastes de resistência diante do bloco massivo de sensações comercializadas na onda das influências e tendências corporativas e midiáticas. Para os midiáticos, mais do que uma autêntica relação com o meio, o que importa são as aparências que ganham tons de popularidade.

Quando se fala de topofilia, institui um lado devido aos sentimentos, e outros ao ambiente físico. Tuan (1980, p. 129), não entrega ao ambiente a causa de uma sensação topofílica, segundo ele:

O meio ambiente pode não ser a causa direta da topofilia, mas fornece o estímulo sensorial que, ao agir como imagem percebida, dá forma às nossas alegrias e ideais. Os estímulos sensoriais são potencialmente infinitos: aquilo a que decidimos prestar atenção (valorizar ou amar) é um acidente do temperamento individual, do propósito e das forças culturais que atuam em determinada época (ibidem).

Nossos afetos, nesse sentido, são constituídos por uma particularidade do comportamento individual. Deste modo, o meio exterior não reivindica o patamar de fornecedor direto da topofilia, mas participa como estimulante sensorial, que em jogo e atrito com a interioridade, fornece suporte para edificar essas sensações afetivas pelo meio ambiente. Quando produzido por um comportamento individual é introduzido na discussão um elemento

subjetivo, que atua em conjunto com propósitos e estímulos culturais, por esse percurso amparam e dão vida na maneira que exercemos nossa atividade ao meio, isto porque, nossos sentimentos influenciam diretamente nossa ação.

Com essa passagem, Tuan retira o peso de uma única influência sobre nosso estado topofílico. Não há um culturalismo impositivo usado para ditar o rumo dos padrões de comportamento e sentimentos, e mesmo se tiver, há um aspecto individual das nossas vivências e necessidades que podem subverter e romper com normatizações sugeridas e aceitas como certas no campo social. Ainda com as contribuições de Tuan:

As pessoas atentam para aqueles aspectos do meio ambiente que lhes inspiram respeito ou lhes prometem sustento e satisfação no contexto das finalidades de suas vidas. As imagens mudam à medida que as pessoas adquirem novos interesses e poder, mas continuam a surgir do meio ambiente: as facetas do meio ambiente, previamente negligenciadas são vistas agora com toda claridade (1980, p. 137).

As finalidades humanas são muitas, para cada pessoa existe um mundo possível de existência. Não há relação sem interesse, isto é percebido quando os objetivos orientam nossas ações e produzem nossos sentimentos. Para quem deseja enriquecer e ser reconhecido pelos seus progressos materiais, a natureza será apenas um impedimento aos seus apetites. Mais do que sustento, muitos querem apenas satisfação momentânea, e para isso não importa o excesso e desigualdade gerada.

O meio é um produtor de satisfação, e a topofilia construída nessa conexão não conflita com as ambições modificadoras do ambiente natural pelo qual promovera seus afetos, nesse caso, o afeto de alguém pode muito bem estar em ver sua terra preenchida por monocultura, já que isso lhe fornecera lucro, mesmo que na esteira disso haja muitas contradições e efeitos negativos para outras pessoas. O respeito a terra está alinhado com suas inclinações internas, sendo que é por meio dessa relação que tal pessoa supre suas necessidades e cessa parcialmente suas vontades.

O conceito de topofilia aparece como um grande aliado para pensar de que forma os sentimentos humanos se relacionam com o meio exterior. Fica claro sua dupla dependência, do sujeito que sente e do objeto que oferece excitações as percepções. Os afetos aparecem como um grande referencial humano, um termômetro que clarifica nossas vontades e apetites, revelando os verdadeiros e concretos objetivos humanos em relação aos ambientes materiais.

Considerações finais

O movimento percorrido tentou esboçar a partir de um marco histórico, ou seja, da aquisição humana da vida em grupos e assentamentos, como também da descoberta da propriedade privada, revelando os sentimentos que dali emergiram e se arrastaram por um longo período e permanecem na relação ser humano e natureza. Desse modelo de se relacionar com o entorno sobressaltou uma marca de dominação com o meio ambiente.

Não é sem um ataque contínuo dos meios de produção disseminados na cadeia de consumo que a natureza é retratada. Seu ciclo regenerativo é desrespeitado. Usamos mais dela do que ela é capaz de prover. Sem uma relação mais respeitosa e horizontalizada será o tempo de presenciarmos grandes ondas de escassez natural.

A resistência é uma forma de reverter essa relação de posse e domínio. Isso passa pela mudança de hábito e boicote, isto é, deixar de desejar produtos que são incompatíveis com o movimento de decomposição presente ao meio. Sem uma sociedade que valorize mais áreas verdes e rios limpos, sem que nossa relação de modificação se alinhe com as condições de harmonização e equilíbrio dos fenômenos naturais que possibilitam o existir, presenciaremos uma relação destruidora e sem voltas com aquilo que um dia foi natural e nos forneceu condições de aqui estar e permanecer.

Referências

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. 5ª Edição – São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Dano ambiental: uma abordagem conceitual**. Rio de Janeiro: Lumem Juris, 2000.

BAUAB, Fabrício Pedroso. **A nova geografia da natureza: dos valores afetivos e simbólicos à universalização dos valores técnicos**. *Scripta Nova, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Universidad de Barcelona, Vol. VI, nº 119 (9), 2002.

BUGUELINI, Criatiana Poll; BUSSOLARO, Bernadete; SILVA, Ivani Ortega Rodrigues da. **Revisão do processo de desenvolvimento histórico-filosófico dos conceitos de natureza com vistas ao meio ambiente**. Maringa, Geoiná, v.4, n. 1, p. 73-88, 2012.

DULLEY, Richard Domingues. **Noção de natureza, ambiente, meio ambiente, recursos ambientais e recursos naturais**. *Agric. São Paulo, São Paulo*, v. 51, n. 2, p. 15-26, jul./dez. 2004.

EZCURDIA, José. **O autômato espiritual na filosofia de Espinosa implicações de uma ontologia imanentista no plano do conhecimento científico.** Cadernos Espinosanos, n. 24, São Paulo, 2010.

GERENT, Juliana. **A relação homem-natureza e suas interfaces.** Caderno de direito, Piracicaba, v11(20), p. 23-46, 2011.

HALLAK, Mônica. **Alienação do trabalho em Marx: dos manuscritos de 1844 a O capital.** Verinotio – Revista online de filosofia e ciências humanas, Rio das Ostras/RJ, n.24, n. 1, p. 58-73, 2018.

HARARI, Yuval Noah. **Uma breve história da humanidade: sapiens.** Tradução de Janaína Marcoantonio. L&PM, 2015.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami.** Tradução de Beatriz Perrone Moisés. Prefácio de Eduardo Viveiro de Castro – 1º ed. São Paulo: Companhia das letras, 2015).

MANTOVANI, Waldir. **Relação homem natureza: raízes do conflito.** Gaia Scientia, João Pessoa – PB, nº 3, p. 3-10, 2009.

MORIMOTO, Clayson; SALVI, Rosana Figueiredo. **As percepções do homem sobre a natureza.** XIV ENCUESTRO DE GEOGRAFOS DE AMERICA LATINA, Lima - Peru, p. 01 – 10, 2013.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **O crepúsculo dos ídolos: a filosofia a golpes de martelo.** Tradução de Edson Bini e Marcio Pugliesi. Curitiba: Hemus, 2001.

OLIVEIRA, Ana Maria Soares de. **Relação homem/natureza no modo de produção capitalista.** Espaço acadêmico, Maringá, n. 11, p. 1-9, 2002.

PELBART, Peter Pál. **Poder sobre a vida, potência de vida.** Lugar Comum, Porto Alegre, nº 17, p33-43, 2002.

PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. **O que é contracultura.** São Paulo: Nova Cultural: Brasiliense, 1986.

PONCZEK, Roberto Leon. **Deus ou seja a natureza: Spinoza e os novos paradigmas da física.** Salvador: EDUFBA, 2009.

RAMOS, Elisabeth Cristimann. **O processo de constituição das concepções de natureza. Uma contribuição para o debate na educação ambiental.** Ambiente e Educação. Rio Grande/RS, vol. 15(1), p. 67-91, 2010.

REZENDE, Viviane Almeida; OLIVEIRA, Débora Evangelista Reis. **Capitalismo relação homem-natureza e educação: reflexões sobre a crise ambiental.** IV Colóquio internacional de educação e contemporaneidade, Sergipe, 2010.

RIBEIRO, Job Antonio Garcia; OSMAR, Cavassan. **Os conceitos de ambiente, meio ambiente e natureza no contexto da temática ambiental: definindo conceitos.** Enseñanza y Aprendizaje de las Ciencias. Volume 8, número 2, 2013 p. 61-76.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens.** Tradução de Maria Ermantina Galvão. 2º ed. - São Paulo: Martins Fontes, 1999.

RUSMANDO, Luis Marcelo. **Multiplicidade de atributos e monismo em Espinosa.** Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2010. 134 p. (Dissertação, mestrado em Filosofia).

SAGRADA, **A Bíblia.** Tradução de João Ferreira de Almeida. Rio de Janeiro: Sociedade Bíblica do Brasil, 1969.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço tempo: Globalização e meio técnico-científico informacional.** São Paulo: Hucitec, 1994.

SELL, Sérgio. **Adaptação do livro: História da Filosofia Antiga.** Palhoça: Unisulvirtual, 2008.

TUAN, Yu-fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes, e valores do meio ambiente.** São Paulo: Difel, 1980.

VIEIRA, José Daniel; GRAÇA, Rogério Freire; RODRIGUES, Auro de Jesus; SILVA, José Adailton Barroso da. **Uma breve história sobre o surgimento e o desenvolvimento do capitalismo.** Ciências Humanas e Sociais Unit, Aracaju, v. 2, n.3, p. 125-137, 2015.

VILAS BOAS, Lucas Guedes. Resenha de: SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica, Razão e Emoção.** 3ª Edição. São Paulo: Edusp (Editora da USP), 2003. OBSERVATORIUM: Revista Eletrônica de Geografia, v.8, n.21, p. 150-155, set/2017.

Artigo recebido em 21-10-2020

Artigo aceito para publicação em 01-03-2022